

A cidade-estado na Grécia clássica: relação entre cidade e território

Enviado em:
07/04/2013

Aprovado em:
01/05/2013

Renan Falcheti Peixoto

Graduando em História pela Unesp – Franca
renanfp_1990@hotmail.com

Resumo

A relação entre cidade e campo no espaço físico de uma *polis* levanta questões referentes a esta relação, bem como às implicações da aplicação de uma terminologia moderna de designação. Partindo de problemas cronológicos e físicos que envolve a questão da constituição da *polis*, discutiremos com os levantamentos demográficos do filologista clássico Mogens Hansen o que o termo *polis* tinha como referente para os gregos antigos e as dificuldades e ambiguidades que o uso de um modelo conceitual moderno de cidade-estado levanta.

210

Palavras-Chave

Polis, Chora, Cidade-estado

Abstract

The relationship between town and country in the space of a *polis* raises questions regarding this relationship as well as the implications of applying a modern terminology designation. Starting from chronological and physical problems involving the question of the constitution of the *polis*, we discuss with the demographic surveys of classical philologist Mogens Hansen what the term *polis* had as referring to the ancient Greeks and the difficulties and ambiguities that the use of a modern conceptual model of the city-state raises.

Keywords

Polis, Chora, City-state

Polis, do grego πολις, é a palavra raiz da qual derivam palavras como “política”. Sua etimologia de origem indo-europeia remonta ao significado original de um lugar fortificado e não ao de cidade (e seu território derredor). Com esse sentido, o termo é sinônimo ao de *akropolis* (acrópole), de um assentamento

fortificado em uma elevação.

No Período Arcaico e Clássico, seu sentido tem outra denotação. Podemos definir, como um denominador comum, a *polis* arcaica e clássica nesses termos:

[...] um pequeno governo institucionalizado e autônomo da sociedade, uma comunidade política de cidadãos adultos do sexo masculino (*politai* ou *astoi*) que, junto de suas famílias, viveram em uma – usualmente – cidade fortificada (também chamada *polis* ou, às vezes, *asty*) ou em seu território interior (*chora* ou *ge*), juntamente com duas categorias de habitantes, não-cidadãos livres (*xenoi* ou, frequentemente, *metokoi*) e escravos (*douloi*). (HANSEN, 2006: 40-41) ¹

De fato, *polis* era uma formação exclusiva de cidadãos em que a minoria (homens adultos livres) se constituía em comunidade política, comunidade está não preferencialmente definida de acordo com uma estrutura de governo prescritiva. Um sistema oligárquico, tirânico ou democrático são todos conciliáveis com a ideia de *polis*.

Embora de detenção exclusiva dos cidadãos, sua autoridade se estendeu em todo seu território e sobre todas as pessoas deste território, cidadãos e não-cidadãos: “O poder da *polis* era total: era a fonte de todos os direitos e obrigações, e a sua autoridade abrangia todas as esferas do comportamento humano, sem exceção.” (FINLEY, 2002: 50).

211

A *polis* exerceu tremendo impacto no pensamento ocidental político dos modernos pensadores dos últimos séculos. Seu advento é o produto mais original desse panorama de alterações materiais que a Grécia passa, originalidade sentida principalmente pela nova maneira da vida social e política que os gregos estabeleceram, em cuja forma no transcorrer de seu desenvolvimento “A vida política grega pretende ser o objeto de um debate público, em plena luz do sol, na Ágora, da parte de cidadãos definidos como iguais e de quem o Estado é a questão comum; [...]” (VERNANT, 2002: 11).

A cronologia da *polis* é um tema conflituoso. Rastrear o estudo de quando surgiu é uma questão de prioridade, de qual período deve ser focado porque apresenta o exemplo mais antigo de *polis* conhecido. As perguntas devem ser direcionadas à Idade Micênica, ao Período Geométrico ou à Grécia Arcaica?

Período Geométrico é a classificação dada ao antecedente do Período Arcaico, abrangendo os anos entre o século X e o VIII a.C. Sua característica essencial é o arranjo rígido da disposição elementares tanto de suas fórmulas visuais, quanto

1 Todas as obras estrangeiras foram traduzidas em português pelo autor.

das orais atribuídas ao período. A ordem social como manutenção prioritária é espelhada tanto na poesia métrica em verso hexâmetro quanto na sensibilidade da disposição lógica do oleiro em sua decoração do vaso cerâmico geométrico. “A fórmula, oral ou geométrica, é tanto a ferramenta e material de construção, e isso fornece para o épico monumental e o vaso monumental as qualidades da estabilidade e unidade.” (HURWIT, 1985: 96).

O valor desses enquadramentos mentais que se expressam na arte grega do período torna-se significativo quando avaliado o declínio socioeconômico dos séculos que se sucederam ao colapso da Idade Micênica. Este colapso é um decurso gradual e prolongado que abarca o século XII e início do XI a.C.

Depois da ruína do mundo micênico a Grécia entra em uma fase muito mais austera. Se sobre ela paira a alcunha de Idade Obscura, isso se deve não apenas à escassez material do período, mas também ao próprio embaraço dos estudiosos classicistas em lidar com um período sem escrita. Acostumados com os esplendores literários, artísticos, bem como institucionais da Época Clássica, relega-se seus precursores como nebulosos tempos onde a luz não espreita.

No registro arqueológico da Idade Obscura, austeridade é o melhor termo para aludir à condição desses séculos, de como o declínio civilizacional se imprimiu nas evidências arqueológicas e na acentuada depopulação que estes registros excursam:

[...] não temos nenhum cemitério que ateste para uma comunidade população muito maior que 50 pessoas de uma só época, e nenhum sítio ocupado cuja área, com exceção dos improváveis densamente povoados, sugere um cálculo maior que dez vezes esse número. (SNODGRASS, 2006: 133).

Contudo, no início do Período Arcaico, particularmente o século VIII a.C., a Grécia passa por mudanças significativas que comporão transformações em todas as esferas da vida do grego antigo, diferentes planos de um panorama ligado não somente à reestruturação da situação interna, mas também à ampliação dos horizontes externos, como demonstra a renovação dos contatos culturais com o Oriente registrada no aumento substancial de peças orientais importadas durante o século VIII a.C.

Na realidade, o comércio com o Oriente nunca cessou completamente. No século X e IX a.C., algumas peças individuais de origem oriental e o crescimento considerável do suplemento de ouro e marfim podem ser aludidos. Esse é o tempo de uma erupção inicial de prosperidade desde a queda do mundo micênico que

pode ser identificada na riqueza de Lefkandi, na Eubeia². Aí, no começo do século IX a.C., por exemplo, contatos com o lado leste do Mediterrâneo podem ser observados na soma de objetos luxuosos encontrados em suas sepulturas datadas para esse período: anéis, brincos e diademas de ouro, colares de pérolas etc.

Mas esses precoces sinais de recuperação não se comparam ao que aconteceu a partir do século VIII a.C., na profusão de objetos orientais encontrados no depósito de santuários e na transformação do estilo representacional grego na readaptação de motivos orientais. Este contato com a Ásia parece ter consolidado a unidade helênica, que como se com o efeito do reatamento intensivo dessa comunicação cultural com o mundo não grego, bárbaro, os gregos tivessem tomado consciência mais precisa de si mesmos, após séculos de fragmentação em pequenas unidades organizacionais da outrora *koine*³ micênica.

Se esta efervescência cultural realizou-se, certamente tem débito considerável ao que ocorreu na fase conhecida como o Alto Arcaísmo, especialmente o século VIII a.C., nas transformações materiais internas implicadas nas alterações políticas, econômicas e demográficas que o arqueólogo inglês Anthony M. Snodgrass chama de “revolução estrutural”:

Esta ‘revolução estrutural’ teve lugar não apenas entre o Período Arcaico, mas em seu início. Ela estabeleceu a base econômica da sociedade grega, bem como os traços principais de seu quadro social; delineou o mapa político do mundo grego em uma forma que durou quatro séculos; preparou, com a mesma duradoura permanência, as formas do estado que determinaram a história política grega; munuiu os interesses e objetivos, não meramente para os gregos, mas também para a arte ocidental como um todo, que foi perseguida nos próximos dois mil e quinhentos anos, e talvez também a base espiritual da religião grega. (SNODGRASS, 1980: 13).

Uma das mais significativas alterações desse decurso foi, sem dúvida, a instalação do sistema de *polis*, o forjamento de identidade comunitária que reconfigura daí por diante as formas de organização social dos gregos. O cerne do argumento de Snodgrass para este surgimento reside na reestruturação interna que o autor propõe em seu livro *Archaic Greece: the age of experiment* (1980), que ensejou uma nova forma de associação política mais complexa entre os gregos, bem

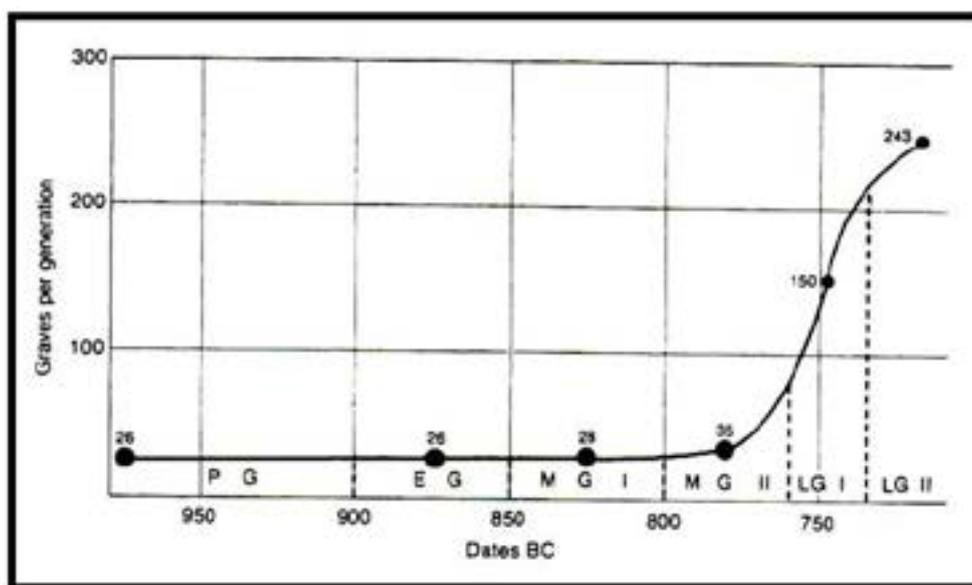
2 Os euboeanos foram os precursores no controle de canais marítimos de comunicação além-Egeu. A aristocracia dessa região parece ter dado o fomento da demanda por riquezas e luxo que determinaram o ímpeto da região na exploração marítima.

3 Uma identidade estilística e cultural comum.

como uma nova dimensão econômica centrada na agricultura. Estas modificações no plano político e econômico estão intimamente vinculadas ao ritmo meteórico de crescimento populacional em meados do século VIII a.C., fato que só poderia ser engendrado pela redução populacional substancial da queda do mundo micênico e a recuperação paulatina de séculos da Idade Obscura, onde a estabilidade e relativo isolacionismo externo da Grécia contribuem sobremodo.

O autor apresentou os seguintes dados nos gráficos aqui retomados para elaborar seu argumento. Entre os anos de 780 a 720 a.C., duas regiões, Ática e Argos, tiveram sua população multiplicada pelo fator de sete. O gráfico abaixo cobre um período de 250 anos de Atenas e seu interior dentro da Ática. Seu eixo vertical é o das sepulturas encontradas e classificadas por geração:

Gráfico 1 – Crescimento populacional estimado para Atenas e Ática conjuntamente nos anos de 950 a 700 a.C.



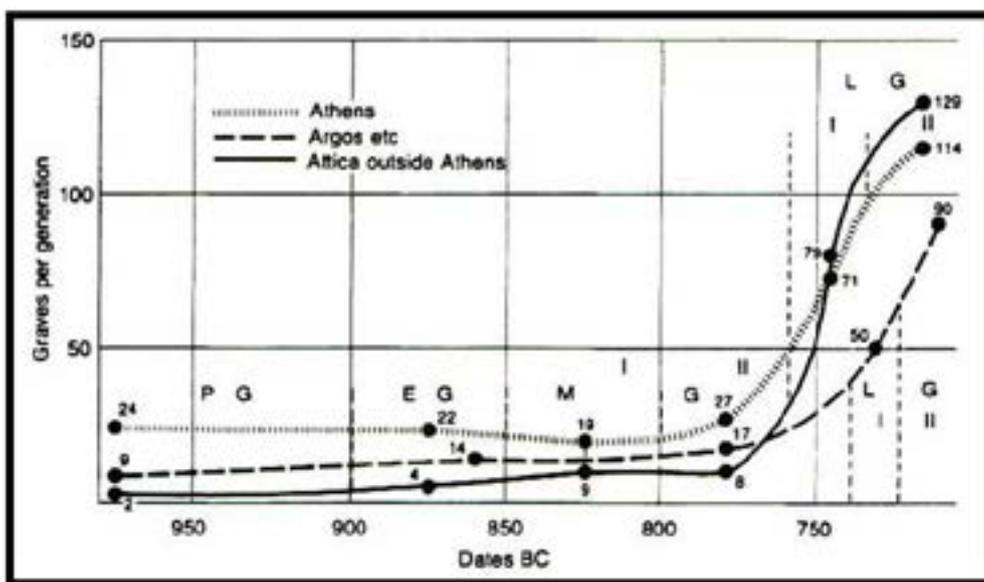
Fonte: Snodgras (1980: 22).

Os pontos dos gráficos são marcados no meio de cada fase cerâmica, cronologicamente situada de acordo com o esquema de Coldstream em seu livro *Greek Geometric Pottery*⁴: Protogeométrico (PG): 1050 a 900; Geométrico Antigo (EG): 900 a 850; Geométrico Médio I e II (MGI e MGII): 850 a 760 e Geométrico Tardio I e II (LGI e LG II): 760 a 700.

4 Cronologia também disposta no livro *Geometric Greece* (COLDSTREAM, 2003: 435).

O segundo gráfico apresenta cálculos referentes às sepulturas em três diferentes linhas: a linha contínua representa as sepulturas centradas na cidade de Atenas; a linha tracejada apresenta as sepulturas da Argólida (Argos e pequenas vilas dentro ou próximas da planície argiva⁵); e a linha descontinua as sepulturas do interior da Ática, com exceção da cidade de Atenas:

Gráfico 2 – Crescimento populacional para Atenas, Argólida e o território da Ática nos anos de 950 a 700 a.C.



Fonte: Snodgrass (1980: 23).

O crescimento da população no interior de Atenas sugere um rápido crescimento populacional que passou a emigrar de seu interior, expandindo a ocupação da cidade para o campo. Pensar assim é razoável se levarmos em conta que imigrações para a região são improváveis e possibilidades como o aumento de mortalidade por alguma epidemia ou praga (o que uma grande mortalidade infantil sugeriria) não se sustenta com base nessas evidências.

A constituição da *polis* está intrinsecamente relacionada às demandas do aumento populacional do século VIII a.C. Com essa taxa de crescimento, na Ática, por exemplo, cinco aldeias vizinhas com apenas 200 habitantes cada são aglutinadas em apenas uma geração no espaço de uma cidade com mais de 4000 habitantes. Nenhuma estrutura de organização anterior poderia suportar a si mesmo

5 Asine, Lerna, Micenas, Náuplia e Tirinto (SNODGRASS, 1980: 24).

sem qualquer mudança decisiva em sua própria estrutura (SNODGRASS, 2006: 207):

Uma organização frouxa sob uma família dominante, com decisões *ad hoc* tomadas por um governante local e apenas assembleias ocasionais de algum grupo maior, torna-se impraticável quando a comunidade mais que dobrou seu número entre uma única geração. (SNODGRASS, 1980: 23).

Tratando-se de testemunhos físicos, a *polis* pode ser inicialmente detectada em dois sintomas: a construção de templos monumentais e a colonização da parte meridional da Itália. Ambos indicam uma unidade comunal para a realização de sua empreitada que só esta forma de associação política ensaia.

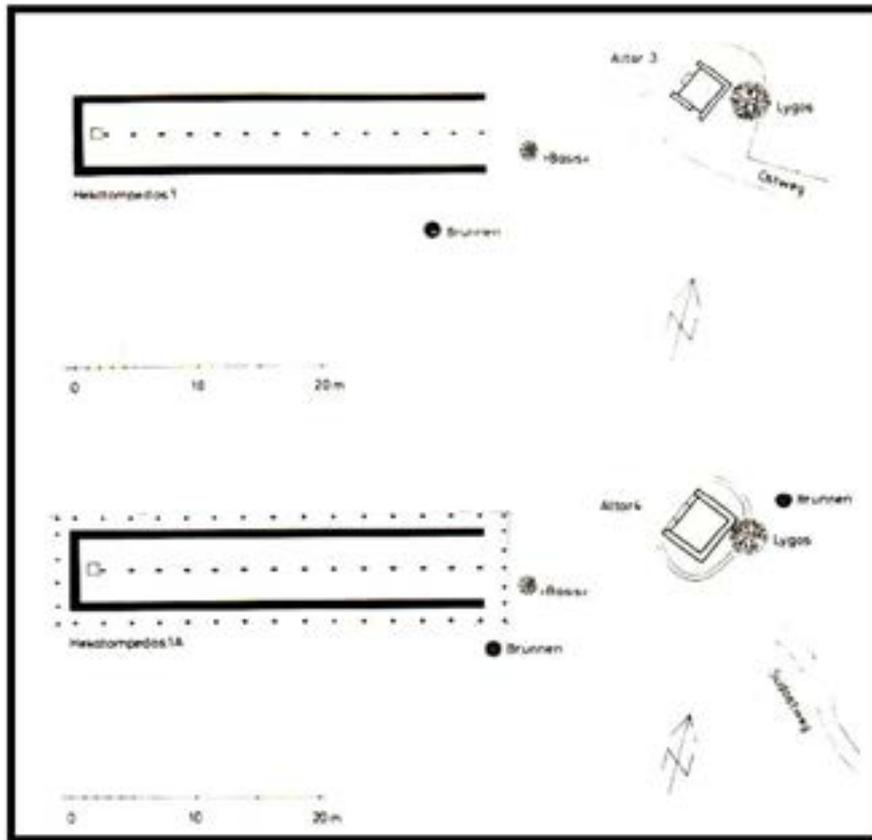
O santuário de Samos dedicado a Hera é o nosso primeiro exemplo de uma clara distinção realizada com projeto de arquitetura monumental para uma divindade patrona local. Escavações arqueológicas desvendaram dois diferentes planos da construção dessa primeira dedicação monumental de um lar para a divindade patrona, realizada no século VIII a.C. O primeiro plano foi, provavelmente, construído na primeira metade do século VIII a.C e apresenta uma estrutura simples retangular, que não admite curvas em suas linhas. Este *hekatompedon*⁶ atinge o comprimento de 32.82 m e largura de 6.5 m e dispõe de uma série de colunas na parte central do interior da arquitetura que conduzem até uma estátua da deidade feita de madeira centralizada do lado inverso da entrada em uma base de pedra.

Na segunda metade do mesmo século, a esta simples estrutura retangular foi acrescentado um pórtico, isto é, um corredor de 40 colunas cobertas circundantes, formando um retângulo maior abrangendo o já existente. Este é um projeto arquitetônico póstumo à concepção inicial do templo e seu propósito não atende nenhuma necessidade funcional:

Como o sem precedentes tamanho do templo, a colonata foi concebida, acima de tudo, para impressionar. Isto elaborou, dignificou, e identificou o lar da deusa, e daí por diante o peristilo podia clara e imediatamente distinguir arquitetura divina da humana (embora nem todos os templos gregos podiam ser perípteros, virtualmente todas os edifícios perípteros eram templos). (HURWIT, 1985: 76).

Figura 2 – Planos das duas fases do primeiro templo de Hera (*Hekatompedon I*) em Samos, século VIII a.C.

6 Um templo com medida de 100 pés-antigos de comprimento.



Fonte: Hurwit (1985, p. 76).

Essa devoção religiosa concretizada nos templos está relacionada a uma distinção fundamental entre espaços que os gregos arcaicos realizaram. A construção de santuários representa a separação de um espaço religioso do espaço profano da sociedade, a elaboração de uma localidade sacralizada como realização de uma área claramente determinada, arranjada e organizada para a prossecução religiosa. A esse respeito, a Idade Obscura é característica por realizar seus procedimentos rituais sem determinação dos espaços (POLIGNAC, 1995: 15-16)

Este senso de escala grandiosa extrapola os próprios confins de glorificação divina. O que vemos é uma preocupação diferente, porque para uma construção que exige tamanho esforço humano e de recursos materiais, uma vontade maior que a simples dedicação piedosa deve se impor. Virada tão decisiva se torna possível quando observamos que uma concretização deste tipo é o reflexo de sentimentos comunitários que a fermentação da *polis* desencadeia. O templo, este monumento que quebra os paradigmas da arquitetura religiosa do passado é feito para expressar fisicamente o orgulho que a comunidade política tem de sua própria unidade.

A organização política está intrinsecamente relacionada a esse aspecto religioso do forjamento de uma identidade comunitária da *polis*, seja na difusão dos espaços de cultos das divindades patronas da cidade, seja na construção de templos monumentais e santuários dentro e fora do perímetro urbano, pois “Cada uma delas desenvolve suas estratégias do invisível, edifica para si arquiteturas de divindades, organiza complexos panteões locais, tão autônomos quanto cada cidade em seu desejo de autarquia e de completude.” (DETIENNE; SISSA, 1990: 202).

Para a coesão desse laço político comunitário fruto de reorganização social, foi indispensável a elaboração de uma cidadania religiosa calcada na coerência dos espaços sacramentais. O culto heroico ou o culto de uma divindade patrona, um santuário central na cidade bem como em seu terreno interior, vai entrelaçando nos negócios públicos homens e deuses. Nas palavras de Marcel Detienne e Giulia Sissa (1990: 237):

[...] para fazer parte de uma comunidade política onde nasceu, o candidato à cidadania deve necessariamente participar dos sacrifícios públicos, ter acesso aos altares, aos santuários, aos deuses da cidade, e em seguida as assembléias e as magistraturas.

218

Uma cidadania orientada religiosamente é, assim, dimensão inerente da *polis*:

[...] a elaboração de uma cidadania religiosa foi uma condição *sine qua non* para a formação da cidade, ou melhor, para o próprio processo de redefinição da coesão social da qual a polis resultou [...]. (POLIGNAC, 1995:74, tradução nossa).

A fundação de um território determinado sob a proteção de uma entidade divina é característica fundamental da colonização grega do Ocidente impulsionada pela competição de terras, entre os séculos VIII e VII a.C. As terras da Itália meridional são o laboratório para a instalação do traço político helênico em gestação na Idade Arcaica.

Qual seja o tamanho dessas colônias, todas envolvem uma disposição ordenada do espaço religioso, bem como aquele que é feito na Grécia. O intuito da consecução é o da coesão de uma nova sociedade composta por colonos de procedência variegada, membros heterogêneos de um novo espaço projetado para também se colocar como estabilizador das relações com os vizinhos de outras colônias próximas e com os povos autóctones (POLIGNANC, 1995: 102). Estes são aspectos essenciais para o bom sucedimento da empreitada.

No entanto, o que os gregos efetivamente pensaram o que uma *polis* fosse?

Mogens Herman Hansen, filologista clássico aposentado da Universidade de Copenhague, oferece em seu livro *Polis: an introduction to the ancient Greek term city-state* (2006) um balanço importante sobre características físicas e demográficas de uma cidade-estado na segunda metade do século IV a.C., interessante para discutirmos sobre o termo cidade-estado e a questão da relação entre o campo e o núcleo urbano em uma polis.

Hansen entende a *polis* como um desenvolvimento demográfico e econômico nos anos do Período Geométrico (entre 900-700 a.C.) que possibilitaram a urbanização, processo diretamente relacionado à formação estatal⁷. Abaixo descreveremos como o autor embasa essa sua prioridade sobre a formação da cidade na constituição da *polis*.

Com um método aproximativo, o que o autor chama de “método da espingarda” (no sentido de que nossa documentação não oferece ao estudioso clássico um palpite certo quanto à trajetória e o destino dos projéteis de um rifle), Hansen extrai a parcela de área usada para habitação para calcular a média do número de habitantes em uma determinada área. Para tanto, ele analisa no espaço cercado por muros de uma cidade o espaço habitado e contabiliza essa área. Somando o número de casas e estabelecendo o número médio de habitantes por casa, o autor extrai o número médio de pessoas por hectare (ha) (HANSEN, 2006).

Desta forma, o autor consegue um número médio de 150 a 200 pessoas por hectare em espaço habitado, uma aproximação para que se estabeleça um mínimo principalmente para regiões onde não há indícios precisos. Ao mesmo tempo, ele admite ajustar o cálculo médio quando há informações de circunstâncias específicas que alteram esse parâmetro.

O *Copenhagen Polis Centre*⁸ contabiliza mais de 1000 *poleis* para todo o mundo grego na segunda metade do século IV a.C. São polis espalhadas por todo Mediterrâneo e para além dele: França, Sicília, Itália, Grécia ocidental, Peloponeso, Grécia central, Tessália, ilhas do Egeu, Macedônia, Trácia, Ásia Menor setentrional.

7 A definição de estado para Hansen é a centralidade do poder da cidade sobre o território que o envolve. Este controle do centro urbano consiste no poder exercido sobre: “[...] um dado território, uma dada população e um governo central institucionalizado com o único direito de estabelecer e preservar uma ordem legal dentro do território sob a população [...]” (HANSEN, 2006: 147).

8 Situado na Universidade de Copenhague, o *Copenhagen Polis Centre* [Centro de Polis de Copenhague] foi fundado pela Fundação de Pesquisa Nacional da Dinamarca [*Danish Research Foundation*] em 1993, visando um inventário de cada assentamento do Período Arcaico ou Clássico explicitamente chamado de *polis* em fontes contemporâneas dos respectivos períodos.

O autor configura esses anos da segunda metade do século IV a.C. como um mundo politicamente organizado sob o regime de *polis*, a cultura da cidade-estado. Usando o método aproximativo descrito acima, Hansen estabelece para este período uma população total de 7 milhões de gregos vivendo sob o signo desse tipo de organização. A tabela abaixo mostra o cálculo do autor exposto no livro:

Tabela 1 – Distribuição populacional de pessoas nos centros urbanos (segunda coluna) e no território (terceira coluna) de acordo com categorias de *polis* (primeira coluna):

Categoria	Centro urbano	Território	TOTAL
1	90.000	45.000	135.000
1 ou 2	267.750	133.875	401.625
2	627.750	313.875	941.625
3	588.000	294.000	882.000
4	849.750	849.750	1.699.500
5	910.000	1.820.000	2.730.000
TOTAL	3.333.250	3.533.875	6.789.750

Fonte: Adaptado de Hansen (2006: 81).

Essas 5 categorias divididas no canto esquerdo da tabela acima correspondem à anterior classificação no livro dessas mais de 1000 *poleis* segundo suas respectivas áreas totais. A categoria 1 compreende aquelas com, no máximo, 25 km². A categoria 2, entre 25 e 100 km². A categoria 3, entre 100 e 200 km². A categoria 4, entre 200 e 500 km². Por fim, a categoria 5 aquelas com mais de 500 km².

A seguinte tabela apresenta a distribuição dessas mais de 1000 *poleis* da segunda metade do século IV a.C. listadas pelo *Copenhagen Polis Centre* de acordo com suas áreas, enquadradas nas cinco categorias já referidas:

Tabela 2 – Número de polis por categoria:

Categoria	Poleis atestadas
1	93 = 15%
1 ou 2	109 = 17%
2	198 = 31%
3	100 = 16%
4	69 = 11%
5	67 = 10%
TOTAL	636 = 100%

Fonte: Adaptado de Hansen (2006: 78).

Uma importante inferência de Hansen a partir dos dados apresentados é referente à distribuição de pessoas entre as categorias listas de *polis*, dentro das duas esferas da poliáde – cidade e seu território.

Dentre todas essas *poleis*, 80% são de pequeno e médio tamanho (com áreas de até 200 km²: categoria 1, 2 e 3 juntas) e representam uma parcela de 35% da população total aproximada de 7 milhões de gregos: 2.360.250 milhões. Boa parte desta população, dois terços, está situada nos centros urbanos. Inversamente, as *poleis* da categoria 5, com território maior que 500 km², reúnem apenas 10% do computo do Inventário (100 *poleis*) mas detém 2.730.000 da população estimada e, portanto, 40% do total. Esta parcela não apresenta a mesma fração de distribuição urbana como na primeira parcela apresentada. Na verdade, a população urbana representa apenas um terço, enquanto a população rural, nos territórios circundantes às cidades, soma dois terços (HANSEN, 2006).

Os dados acima apresentados oferecem um panorama geral, colocando a relação populacional entre campo e cidade numericamente. A questão entre população urbana e rural é nevrálgica para discutirmos sobre o termo cidade-estado.

Cidade-estado é um termo do século XIX cunhado no estudo da *civitas* da república romana e logo transferido para análise de outras culturas, incluindo a *polis* grega. Em seu significado, concepções de autonomia e independência são essenciais. Por essa razão, esta assimilação é causa de muitas distorções quando se procura emparelhar essa expressão com a palavra grega *polis*, já que corresponde

muitos mais aos anseios de enquadramento do pensamento dos historiadores modernos ambiciosos com a conceituação de uma cultura generalizante de cidade-estado do que uma preocupação efetiva de entender o que uma *polis* realmente era para o pensamento dos gregos antigos (HANSEN, 1997).

Para Hansen, em seu estudo da caracterização política, econômica, espacial e demográfica da polis da Era Clássica, uma das peculiaridades da cultura de cidade-estado grega é a ausência de um sistema igualitário de *poleis* independentes. Independência ou autonomia não é um pré-requisito para a condição de polis, não mais que certa propriedade de autogoverno e administração política interna. O que há, na verdade, é uma rede hierárquica de polis sob a influência de outras polis.

Para iniciar essa discussão, usemos primeiramente um questionamento interessante do historiador Moses I. Finley a respeito do termo cidade-estado para contrapormos às conclusões de Hansen retiradas do repertório que o Inventário reuniu. Para aquele, o termo “cidade-estado” é duplamente enganoso porque ignora a vasta população rural e alude a uma hierarquia constante de comando da cidade sobre o campo, o que nem sempre foi assim (FINLEY, 2002).

222

A partir da observação de Finley sobre a zona rural, agora aqui voltaremos nossos olhares para o território ao invés dos centros urbanos. Gira aí um conflito da distribuição da população entre a cidade e o campo que o termo cidade-estado e o processo de urbanização tangem. Muitos historiadores assumem que a população no território interior superou largamente aquela da cidade: a população na Grécia antiga está mais para pequenas vilas dispersas no interior do que propriamente para os centros urbanos.

É uma tendência dos estudos atuais não fender em uma separação dicotômica cidade e campo, afinal, mesmo linguisticamente o termo para polis incorporou tanto o significado de um centro urbano quanto o de controle estatal exercido pelo centro urbano. Partindo desse reconhecimento, a análise de uma cidade deve ser feita não separadamente de seu território rural. Nas palavras de Rich e Wallace-Hadrill (1991: xiii-xiv apud ALDROVANDI, 2009: 28).

O corolário de um centro urbano poderoso não é um território vazio, mas aquele com uma rede densa de assentamentos intercomunicados para os quais ele fornece um foco em comum. Centros urbanos poderosos geram uma penumbra de vilas e assentamentos que se tornam mais densos quanto mais próximos da cidade. [...] No entanto, quer a penumbra de assentamentos ao redor da cidade tenha crescido ou diminuído, ela indica que a cidade deve ser observada no contexto dessa penumbra.

Os autores clássicos não tinham a preocupação que seus contemporâneos tomassem o termo *polis* apenas em sentido estrito de cidade. Aristóteles, por exemplo, escreve *polis* centenas de vezes em *A política* para sempre se referir a um assunto que não era a cidade apenas, mas a cidade-estado: o centro urbano compreendido com a soma de seu território. Viver em aldeias sem um centro urbano real foi tido no Período Clássico como uma forma superada de estabelecimento pertencente a uma etapa pré-*polis* (HANSEN, 2006). Em uma perspectiva geral, “Uma cidade sem território era um fenômeno raro, restringindo-se, em grande parte, a comunidades costeiras de um tipo peculiar.” (FINLEY, 1989: 5).

Nas palavras de Hansen (1997: 17-18):

Um estudo sobre *polis* no sentido de cidade e estado revela que o termo *polis* não é usado para denotar uma cidade, mas apenas uma cidade que é também um centro urbano de uma *polis* no senso de comunidade política. A palavra *polis* tem dois diferentes significados, mas suas referências, sua denotação, parecem invariáveis para ser o que os gregos chamavam uma *polis* no sentido de uma *koinonia politon politeias*, e o que nós hoje chamamos uma cidade-estado⁹.

Portanto, o uso do termo cidade-estado não é um absurdo anacrônico. Hansen até considera o termo uma precisa tradução para *polis*. Isto resulta de sua ênfase para a análise do surgimento da *polis* no processo de urbanização e da formação estatal decorrentes do crescimento econômico e populacional do século VIII a.C.

E uma evidência disso pode ser encontrada nos próprios dados apresentados pelo autor. Nas tabelas acima, podemos extrair que a maioria significativa (80%) é de *poleis* geralmente de pequeno e médio porte (não mais que 200 km²) onde a população urbana era predominantemente maior. Os dados do século IV a.C. fornecem a espinha do argumento da constituição da *polis* arcaica e clássica para Hansen, que é o produto do processo de urbanização do início do Período Arcaico. Ora, se para Finley o equívoco do termo cidade-estado reside na argumentação de que ele fornece um esquema assaz hierárquico entre cidade e campo, Hansen (2006) contorna esse problema ao propor que nessas *polis* de pequeno e médio porte (uma tendência entre os gregos em formar associações políticas pequenas - pequenas

9 Nas inscrições e textos literários arcaicos e clássicos em que se verifica o uso da palavra *polis*, o *Polis Centre* obtém uma parcela de 98% da denotação que esta citação explicita. Menos de 2% da parcela restante dos registros tem o sentido de território rural (*ge* ou *chora*), em cuja significação indireta também é o de cidade + território = estado. Em menos de 1%, *polis* denota uma fortificação. Sendo assim, a atestação de *polis* fora do sentido de cidade + estado é extremamente rara nas fontes antigas (HANSEN, 1997).

suficientes, portanto, para serem chamadas de cidades-estados) os moradores do campo e da cidade não estão apartados. Ele assume que muitos agricultores dos campos nessas categorias são moradores da cidade que, dia-a-dia vão ao campo a pé e retornam ao fim da lida para sua moradia dentro da cidade.

A ambiguidade reside no próprio fato de que para quase todas as *polis*, o próprio nome da cidade é igual para o nome do estado, o que torna uma distinção clara entre cidade e campo inválida. Quando se referiam aos “atenienses”, por exemplo, os gregos não aludiam aos moradores exclusivos do complexo urbano de Atenas, mas também aos membros da comunhão política que abrange aqueles localizados no território não urbano de Atenas, a soma de cidade e campo que compõem a *polis* ateniense. Concomitantemente, não podemos extrair nada dessas áreas fora do complexo urbano dos autores clássicos porque eles simplesmente não dizem nada desses territórios rurais porque prestam muito mais suas análises aos núcleos urbanos.

A própria pesquisa religiosa de François de Polignac mostra que a cidade não é o centro religioso exclusivo da comunidade e o templo monumental nela localizado está indexado aos demais santuários que se espalham pelo território. Em *Cults, territory, and the origins of the Greek city-state* (1995), Polignac realiza um levantamento sobre o crescimento simultâneo dos santuários nas bordas do território no Período Arcaico, cujo papel assumem de marcos espaciais da unificação da *polis*.

Estes santuários rurais, além de limítrofes territoriais do espaço de uma *polis*, também estão aliados aos festivais de processões que partem dos centros urbanos, tecendo uma comunidade cívica por meio dos ritos de integração social. Os cultos fora do perímetro urbano operam dois tipos de integração simultâneos, um “ritual de passagem vertical” dos jovens para a comunidade adulta e também uma “integração horizontal” que constituiu a sociedade desses homens que tem em plano comum a prossecução dos cultos da *polis* (POLIGNAC, 1995: 60).

A questão toda é que as suposições a respeito da relação entre cidade e campo são difíceis porque nossa base material a respeito do campo ainda não foi explorada como merece pela Arqueologia Clássica.

Conclusões

Asty e *chora*, a cidade e o campo, são conceitualmente complementares para

o pensamento dos antigos, tanto em termos psicológicos (não se pensa em cidade sem seu território envolto, concatenados por cultos e tradições comuns), quanto econômicos (a cidade depende da produção do campo): este é um consenso dos autores utilizados. O que aparta os estudiosos classicistas é a natureza econômica destas relações e o balanço demográfico destas duas regiões. Estas questões tocam as dificuldades materiais (arqueológicas) dos levantamentos das áreas rurais e o silêncio das fontes clássicas deste corolário vital dos núcleos urbanos, que a perspectiva de estudos futuros da cidade antiga deslumbram mais pesquisas.

Referências Bibliográficas

ALDROVANDI, Cibele Elisa V. Arqueologia do ambiente construído: uma incursão pelos fundamentos teórico-metodológicos. In: FLORENZANO, Maria Beatriz B.; HIRATA, Elaine Farias V. (Org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Ed. USP, 2009.

COLDSTREAM, John N. *Geometric Greece: 900-700 B.C.* 2. ed. New York: Routledge, 2003.

FINLEY, Moses I. A cidade antiga: Fustel de Coulanges a Max Weber e além. In: _____. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A cidade-estado clássica. In: _____. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 2002.

HANSEN, Mogens H. The Copenhagen inventory of *poleis* and the *lex Hafniensis de civitate*. In: MITCHELL, Lynette G.; RHODES, P. J. (Ed.). *The development of the polis in archaic Greece*. New York: Routledge, 1997.

_____. *Polis: an introduction to the ancient Greek city-state*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2006.

HURWIT, Jeffrey M. *The art and culture of Early Greece, 1100-480 B.C.* Ithaca: Cornell University Press, 1985.

POLIGNAC, François de. *Cults, territory, and the origins of the Greek city-state*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

SNODGRASS, Anthony M. *Archaic Greece: the age of experiment*. Berkeley:

University of California Press, 1980.

_____. *Archaeology and the emergence of Greece*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.